

Agência Folha – 13/02/2007

Para investidores, PAC não trata de "grandes questões" energéticas

PATRÍCIA ZIMMERMANN

da Folha Online, em Brasília

Apesar da lista de obras de infra-estrutura energética, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) deixou de contemplar "grandes questões" do setor elétrico, segundo avaliação do presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales. A instituição representa os investidores do setor elétrico no país.

'Na linha geral, todas as propostas do PAC vão em direção à contribuição', disse Sales, referindo-se, por exemplo, à redução do custo do financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que terá um impacto positivo em novos empreendimentos.

Entretanto, como observador do cenário geral, Sales avaliou que faltou ao programa tratar de questões tributárias e medidas para melhorar o ambiente de investimentos no setor.

Segundo o executivo, a carga tributária (impostos e encargos) do setor elétrico corresponde hoje a 43,7% em média da conta paga pelos consumidores.

Ele também destacou como indispensável para estimular investimentos, a criação de melhores condições para o investimento privado, ou seja, condições mais competitivas e transparentes em relação às estatais, ou seja, um ambiente de transparência e isonomia.

'De nada adianta uma regra de leilão perfeita se você não tem como assegurar que todos os competidores agirão pela mesma lógica de racionalidade econômica', disse Sales, ao comentar que algumas estatais 'se conformam com taxas de retorno que sequer remuneram o capital investido'.

Para os investidores, o ideal seria que as estatais abrissem seu capital e entrassem no Novo Mercado, de forma que tivessem compromissos de governança corporativa com a transparência, por exemplo.

Outro problema tratado timidamente no PAC, segundo ele, foi o processo de obtenção de licenciamento ambiental, que atrasa o processo de investimento no setor elétrico. Sales afirmou que no caso de licenças prévias, o prazo chega a dois anos, enquanto o previsto pelo próprio Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) prevê até 12 meses. Para licenças de instalação, o tempo de espera tem superado em sete a oito meses 'o que seria razoável', o que pode comprometer o planejamento e as projeções de oferta de energia ao longo dos anos.